

# **CLIPPING IMPRESSO**

**14/07/2022**



# INDICE

---

1. JORNAL O DEBATE	
1.1. ESMAM.....	1
1.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRECATÓRIOS.....	3
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	4 - 5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....	6
4.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	7

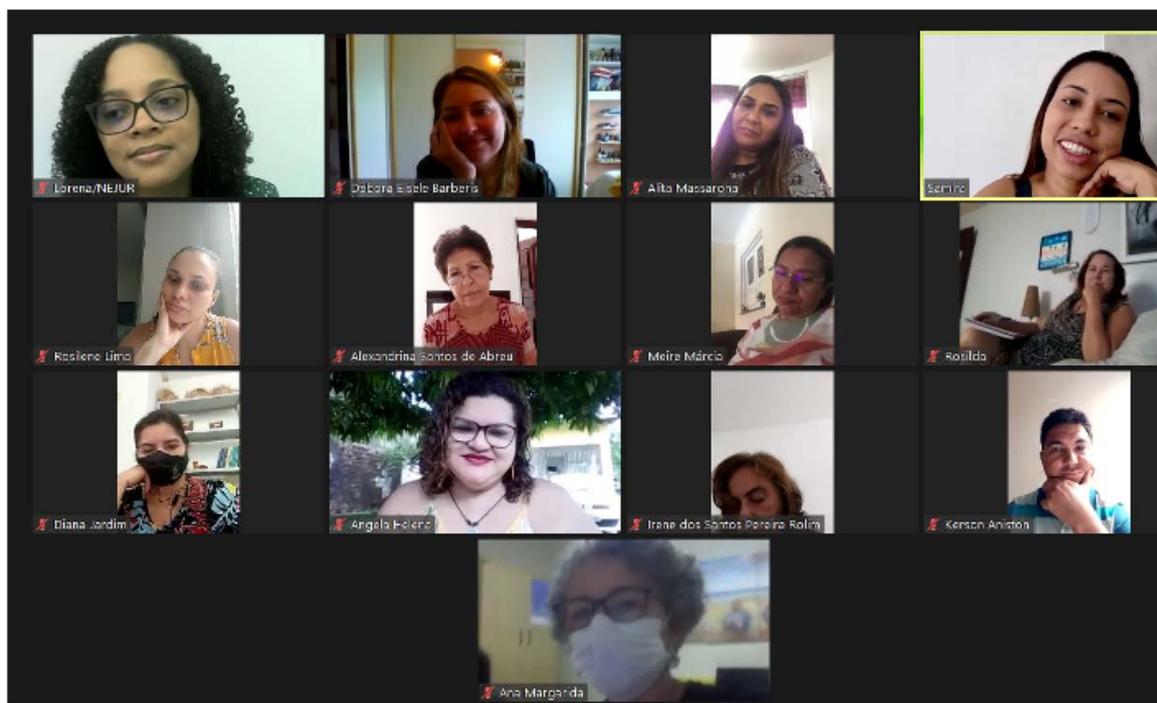
# Facilitadores compartilham práticas de justiça restaurativa

Intervisão tem como objetivo aprofundar conhecimentos e vivências, a partir de experiências práticas das equipes.

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) realiza, nesta quarta (13) e sexta-feira (15), o Curso de Intervisão para Facilitadores de Práticas Restaurativas. A ação de aprimoramento, realizada em formato online, é voltada para servidores e servidoras atuantes no Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV) de São Luís e no Projeto Restauração, desenvolvido em São José de Ribamar.

A formação tem o objetivo de estimular o trabalho colaborativo entre pares, pautado no compartilhamento de interesses e objetivos comuns. A relação de apoio mútuo e de pertencimento possibilita trocas coletivas e facilitam a aprendizagem e autoconhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional.

“A proposta do curso é proporcionar um espaço seguro de aprofundamento das práticas de facilitação, bem como a construção de consciência e fortalecimento das bases



de valores de cada facilitador e facilitadora. Nesse processo, revisitaremos nossas histórias, nossas motivações, renovando nossos propósitos como pessoas e em nossas atuações”, explicou a professora Débora Barberis.

Mestra em Direito Político e Econômico, com formação em Facilitação de Processos Circulares, Mediação e Justiça Restaurativa, Débora enfatizou que a metodologia

proporciona uma atuação mais eficiente no tratamento de violências consideradas estruturais, muitas vezes pautadas nas relações de poder. Para ela, a capacitação contribui para “a transformação das desigualdades estruturais e o fortalecimento da autonomia da justiça restaurativa dentro do Poder Judiciário”, finalizou.

Participam da ação de aperfeiçoamento cerca de 20 formadores e formadoras,

que integram o CIJJUV São Luís, o projeto Restauração, a Rede Maranhense de Justiça Juvenil (Remaju) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Maracanã.

**JUSTIÇA RESTAURATIVA NO TJMA**

O Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão foi criado em 2020, por meio da Resolução 55.

## Conselho Penitenciário apresenta demandas do sistema prisional ao TJMA



Nessa segunda-feira (12), o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, reuniram-se com os membros do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), para tratar sobre demandas relacionadas à execução penal e ao sistema prisional. Na ocasião, também aconteceu a posse do desembargador Ronaldo Maciel, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), como membro titular do COPEN.

Participaram da reunião a presidente do COPEN, Susan Lucena, subsecretária da Mulher; o secretário estadual de

Administração Penitenciária, Murilo Andrade; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; o promotor de Justiça da Execução Penal, Pedro Lino Curvelo; o juiz titular da 2ª VEP, Fernando Mendonça; os juízes auxiliares da Presidência do TJMA Márcio Brandão e José Nilo Ribeiro, e demais membros do COPEN.

Na oportunidade, a presidente do Conselho, Susan Lucena, apresentou aos membros da Mesa Diretora do Judiciário algumas demandas administrativas relacionadas a unidades judiciais que atuam na execução penal, tratando sobre virtualização de processos, expedição de guias de execução, entre outros.

# Pedalada nos precatórios e goteira nos auxílios

FERNANDO FACURY SCAFF

Advogado, é professor titular de direito financeiro da Universidade de São Paulo

Faz menos de um ano, você deve se lembrar. O ministro Paulo Guedes mencionava que havia surgido um meteoro no horizonte que iria destruir o teto de gastos. Tratava-se de uma emergência fake, pois o Ministério da Economia é avisado com bastante antecedência pela Advocacia Geral da União sobre a dinâmica do pagamento das dívidas judiciais — os precatórios a serem pagos a quem gastou quase uma eternidade litigando contra a União. O montante que supostamente surpreendeu o ministro, que tinha os olhos voltados para os céus, era de R\$ 30 bilhões. Você lembra?

A solução adotada, depois de embates no Congresso, foi aprovar não apenas uma, mas duas emendas constitucionais, a 113 e a 114, criando um mecanismo financeiro extremamente perverso que adiou o pagamento da parcela dos precatórios que não coubesse no teto de gastos. Daí surgiu um comprometimento enorme para os futuros exercícios financeiros, pois, a cada ano, o que não couber no teto de gastos será pago no exercício seguinte, com o acúmulo do que sobrou (isto é, ultrapassou o teto). Tal procedimento gera o efeito bola de neve, uma vez que a cada ano serão pagos, de forma cumulativa, o estoque de precatórios daquele exercício, com o acúmulo dos anos anteriores — o que se caracteriza um inferno para os credores, que jamais saberão quando receberão.

A rigor, o que foi feito pelo ministro Guedes, com o inestimável auxílio do Congresso, foi uma pedalada fiscal, pois passou parte do pagamento dos precatórios, despesa corrente, para exercícios posteriores, e daí seguidamente, em uma rosca sem fim, ano a ano.

PUBLICIDADE

Agora surge outra surpresa, que revela o governo no-

vamente olhando os céus — embora não tenha sido denominada de meteoro, apareceu no horizonte a estrela vermelha do PT e, com ela, o receio de uma derrota eleitoral. Falo da PEC Kamikaze, nome atribuído pelo próprio Paulo Guedes meses atrás, antes de mudar de ideia e a apoiar, passando a ser conhecida como PEC Eleitoral. A PEC concede um conjunto de auxílios à população carente e grupos de apoio do presidente há menos de 90 dias das eleições. O montante do gasto está estimado em mais de R\$ 41 bilhões.

O destaque é que, em vez de invocar o teto de gastos e afastar o pacote eleitoral, afasta-se o teto, nele criando uma gigantesca goteira para esse gasto de R\$ 41 bilhões no mesmo ano em curso. Afinal, as eleições estão na porta, e o próximo exercício financeiro está além da terra plana, para um futuro governo incerto e não sabido. Estamos em um programa de auditório: vale tudo por dinheiro, isto é, pela reeleição.

Isso lembra uma velha máxima política: aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei. Atualizando o ditado em termos financeiros: aos amigos, goteiras no teto; aos inimigos, pedaladas. A conta não fecha. Além dos R\$ 41 bilhões em goteiras da PEC Eleitoral, existe mais de R\$ 100 bilhões em excesso de arrecadação, aumento do Auxílio Brasil, redução da arrecadação dos tributos federais sobre os combustíveis, perdão das dívidas do Fies, Vale-Gás, isenção do IPI para taxistas, ampliação do crédito para pequenas e microempresas, sem falar nos R\$ 16,5 bilhões de emendas de relator (RP9) e das emendas PIX, dirigidas diretamente aos municípios — tudo isso importa em mais de R\$ 300 bilhões. Para isso foi encontrado dinheiro, mas não para pagamento dos precatórios.

O pior é que nem estava claro que o Poder Judiciário era o inimigo, pois são suas decisões transitadas em julgado que estão sendo pedaladas. Agora está. E os credores desses precatórios acabam espremidos entre o mar e as pedras, sem ter a quem apelar. O que resta fazer? A resposta está em uma antiga fábula, na qual um espertalhão tece uma roupa de tecido invisível para o orgulhoso rei, e, quando este desfila para os súditos sua nova vestimenta, uma criança grita que o rei está nu. Nos resta gritar como a criança. Será que o Judiciário acordará com os gritos?

## Conselho Penitenciário apresenta demandas do sistema prisional ao TJMA

Nessa segunda-feira (12), o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten Pereira, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, reuniram-se com os membros do Conselho Penitenciário Estadual (COPEN), para tratar sobre demandas relacionadas à execução penal e ao sistema prisional. Na ocasião, também aconteceu a posse do desembargador Ronaldo Maciel, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), como membro titular do COPEN.

Participaram da reunião a presidente do COPEN, Susan Lucena, subsecretária da Mulher; o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade; o defensor público geral do Estado, Gabriel Furtado; o promotor de Justiça da Execução Penal, Pedro Lino Curvelo; o juiz titular da 2ª VEP, Fernando Mendonça; os juízes auxiliares da Presidência do TJMA Márcio Brandão e José Nilo Ribeiro, e demais membros do COPEN.

Na oportunidade, a presidente do Conselho, Susan Lucena, apresentou aos membros da Mesa Diretora do Judiciário algumas demandas administrativas relacionadas a unidades judiciais que atuam na execução penal, tratando sobre virtualização de processos, expedição de guias de execução, entre outros.

Os membros do Conselho também destacaram a necessidade de realização de forças-tarefa para avaliação de processos que envolvem presos(as) provisórios(as).

Os desembargadores Paulo Velten e Froz Sobrinho informaram que o Judiciário e instituições parceiras organizarão mutirões no mês de agosto, inicialmente voltados para avaliação dos processos envolvendo presos(as) das unidades prisionais de Chapadinha e Bacabal.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, também pontuou o desenvolvimento de projetos e estudos voltados à melhoria da execução penal no Estado, como a criação da 3ª Vara de Execuções Penais na capital. “O Judiciário está comprometido em garantir uma boa gestão na área de execução penal de forma ordinária, realizando estudos e identificando os gargalos”, observou.

### POSSE

Na ocasião, o Conselho Penitenciário empossou o desembargador Ronaldo Maciel como membro titular, representando a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do sistema carcerário (UMF/TJMA).

A presidente do COPEN, Susan Lucena, e outros membros, pontuaram a contribuição que o desembargador terá junto ao Conselho, tendo em vista sua experiência como magistrado na área criminal, com uma atuação comprometida e pautada em posicionamentos recentes. “Temos certeza que o desembargador Ronaldo Maciel será um parceiro comprometido com a execução do trabalho do COPEN”, frisou a presidenta.

Também participaram da reunião e posse o defensor público Bruno Dixon de Almeida; a advogada Karol Carva-

lho, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA); a representante da Secretaria de Direitos Humanos, Camila da Silva Portela; a representante do Conselho Regional de Serviço Social, Sanyse Campos Sabino; o representante do Conselho da Comunidade na Execução Penal, Gerson Lelis; e a representante do Ministério Público Federal, Thayná Freire de Oliveira. *(Juliana Mendes - Agência TJMA de Notícias)*



**Reunião do Conselho Penitenciário com a Mesa Diretora foi realizada no Salão Nobre do TJMA**

## **ECA completa 32 anos na defesa pelos direitos da criança e do adolescente**

Considerada por muitos especialistas e juristas como uma das leis mais avançadas do mundo em relação à proteção da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou, nesta quarta-feira (13), 32 anos de vigência.

O ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) é um dos mais importantes instrumentos que garante a dignidade da criança e do adolescente, e os resguardam de diversas violações.

Ao longo dos anos a lei passou por alterações que permitiram o aprimoramento da Justiça da infância e juventude. Desde sua criação, as ações em prol dos direitos de crianças e adolescentes têm sido aprimoradas no Tribunal de Justiça do Maranhão, com o suporte da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ).

Em sessão plenária desta quarta-feira (13), o presidente da CIJ, desembargador Vicente de Paula Gomes aproveitou a oportunidade para destacar os 32 anos da aprovação do ECA e anunciou que a Coordenadoria da Infância e Juventude realizará mutirão, com apoio da Corregedoria-Geral da Justiça, visando regularizar os processos de adoção de crianças em situação de acolhimento.

A CIJ, por meio da Gestão Estadual do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), tem investido em ações voltadas a fortalecer a utilização do sistema para acompanhar crianças e adolescentes em acolhimento e adoção. Por meio de reuniões virtuais, as unidades judiciárias são orientadas sobre como alimentar corretamente o SNA, visando acompanhar os prazos processuais e a situação de cada um.

Em um trabalho articulado com a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), os dados informados no SNA avançaram significativamente, e as unidades judiciárias que têm competência na matéria passaram a utilizar essa importante ferramenta para o acompanhamento de crianças e adolescentes em acolhimento e/ou adoção.

Entre as ações propulsoras voltadas ao aprimoramento jurisdicional na área da Infância e Juventude, o Judiciário maranhense tem, gradativamente, implantado salas de depoimento especial em suas comarcas. As salas de depoimento especial, disciplinadas na Lei nº 13.431/2017 e Resolução nº 299 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contribuem para garantir o direito de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para apresentarem suas narrativas de forma segura, protegida e acolhedora.

Com isso, tem promovido, em articulação com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), formações sobre o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense, assim como tem realizado monitoramento com o intuito de aprimorar os espaços e os equipamentos que são utilizados para a escuta da criança.

	<b>TJMA</b> TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	<b>ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b> <b>Pregão Eletrônico nº 37/2022 – SRP</b> <b>Processo nº 2872/2022</b>		
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS CONTINUADOS de manutenção preventiva e corretiva em uma plataforma inclinada para escada, instalada no Prédio Sede do TJMA; <b>Abertura:</b> 26/07/2022, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); <b>Local:</b> <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">www.gov.br/compras/pt-br/</a> ; <b>Informações:</b> Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; <b>E-mail:</b> <a href="mailto:colicitacao@tjma.jus.br">colicitacao@tjma.jus.br</a> . <b>Fones:</b> (98) 3261 6181 / 6194. São Luís, 12 de julho de 2022. <b>Ricardo Luis da Silva – Pregoeiro TJMA.</b>		